

## Uma análise da atividade das bordadeiras, sob regime de facção, e uma proposição de promoção dessa trabalhadora

Jamile Gomes Gama\*

Ediméia Maria Ribeiro de Mello\*

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo compreender a importância da realização artística com liberdade de criação da sua produção de modo a resgatar a autoestima do artesão, assim como melhores condições de trabalho, com base na bibliografia que propiciou a análise de parte da literatura especializada, segundo três eixos: (1) ergologia; (2) arteterapia/desenho, e (3) economia solidária. Parte-se do princípio de que as bordadeiras estão sujeitas a um regime de trabalho espoliativo, sendo impedidas de participarem do processo criativo. Por fim, essas trabalhadoras confrontam-se com as normas impostas pelo mercado de moda festa, mas, têm uma possibilidade muito estreita de se reorganizarem mentalmente para garantir sua saúde mental. Nesse sentido, a arteterapia deveria ser considerada porque estimula a construção do desenho lúdico com função psíquica capaz de levar ao equilíbrio, contribuindo para o resgate da autoestima das bordadeiras, tornando-as propensas para a autogestão em empreendimento da economia solidária. O artigo resgata depoimentos das bordadeiras, realizado por meio de pesquisa qualitativa.

**Palavras Chave:** artesanato; bordado; ergologia; arteterapia; economia solidária.

### INTRODUÇÃO

A autora desse artigo, em sua experiência com bordadeiras atuantes no mercado de moda festa, observou que o trabalho realizado por elas se baseava em contratos de trabalho informais, fundados na oralidade e na confiança. Na mesma oportunidade percebeu a vigência de um sistema, sustentado pelas exigências do mercado, que impedia as bordadeiras de utilizarem sua arte e criatividade na execução dos seus bordados. Essas percepções motivaram a realização de uma pesquisa junto a um espectro maior de bordadeiras, fundada em três eixos: (1) ergologia; (2) arteterapia/desenho, (3) e economia solidária. Essa pesquisa compôs sua dissertação de mestrado realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário Una.

A organização da pesquisa obedeceu a uma ordenação que permitisse, em primeiro lugar, compreender como o modo de realização da atividade do trabalho das bordadeiras as afeta.

---

\* Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, programa de pós-graduação do Centro Universitário UNA. E-mail: jamilegoga@gmail.com.

\* Professora e pesquisadora, vinculada ao PPG em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA. E-mail: profa.edimeiamaria@gmail.com

Para isso, esse artigo recorreu aos estudos teóricos da ergologia. Para pensar numa proposta de recuperação da autoestima e da satisfação dessas trabalhadoras, elegeu-se a arteterapia e vislumbrou-se a sua organização no modo de produção da economia solidária. Pretendia-se, enfim, o resgate da valorização das bordadeiras, por meio da prática do bordado, com liberdade de criação e de forma autônoma e autogestionária, fortalecidas pela cooperação e solidariedade.

Nesse contexto, apresenta-se como objetivo desse artigo compreender a atividade das bordadeiras e a importância da realização artística com liberdade de criação e de produção para resgatar a autoestima das bordadeiras.

A seguir apresenta-se a fundamentação teórica da pesquisa, que parte da descrição da realização da atividade do bordado pelas bordadeiras, sob uma relação contratual de facção. Em seguida, foram abordadas as contribuições oferecidas pela ergologia para compreensão da atividade do trabalho das bordadeiras. Dando continuidade às intenções do estudo, apresentaram-se as possibilidades oferecidas por uma nova organização da atividade em empreendimento da economia solidária para resgatar a liberdade das bordadeiras na criação e na produção. E, por fim, apresentou-se a arteterapia e o desenho lúdico como aliados do processo criativo.

Posteriormente à apresentação do referencial teórico da pesquisa, apresentam-se a metodologia e os resultados da pesquisa realizada junto às bordadeiras, que, ora exemplificam a análise da ergologia, ora manifestam o interesse (ou não) em mudar a forma de realização da própria atividade, com liberdade de criação e sob autogestão, e a sua familiaridade com a economia solidária.

### **Atividade do bordado em regime de facção e a análise de ergologia**

Existe no mercado mineiro dedicado à moda festa, reconhecido no cenário nacional e internacional, uma escassez de bordadeiras habilitadas para o processo de criação autoral do trabalho do bordado, fato esse que, por si só, promoveria a valorização daquelas nele atuantes. Entretanto, a despeito disso, os contratadores não têm clareza ou são desatentos em relação às variáveis que levam insatisfação às bordadeiras. É o que se percebe na citação a seguir.

O bordado, uma arte inerente à cultura Mineira, não é mais transmitido de geração a geração como se via no passado. “[...É um ofício lindo, mas existe preconceito”, explica Márcia Queiroz, da Printing. “Cansei de escutar mães falando que não querem ter filha costureira ou bordadeira, ao contrário do que vemos na Europa.” Não há estatísticas sobre o número dessas profissionais no estado, mas as grifes comprovam na prática que a mão de obra especializada está cada vez mais escassa.

Dona de um ateliê de bordado no Santa Lúcia, Mariângela Santana, mais conhecida como Nana, comanda uma equipe com mais de 100 profissionais e trabalha para pelo menos vinte grifes. Tem muito orgulho do que faz. “Meu nome não aparece no desfile, mas sei que sou parte da engrenagem para que aquela obra de arte possa existir” (DAHER, 2012).

O modo de gestão da produção e comercialização dos trabalhos das bordadeiras se enquadra na definição oferecida pelo termo facção, usado para caracterizar serviços de subcontratação realizados por empresas de confecções e vestuário, no âmbito de uma estratégia de terceirização da produção. Segundo Krost (2007, p. 1), “Criou-se uma figura híbrida na indústria,

com elementos de 'terceirização' e de empreitada, conhecida por facção, com a transferência de significativa parcela dos riscos do empreendimento" para o trabalhador. Ou seja, o trabalhador assume os prejuízos caso o empreendimento viesse a fracassar.

Esse regime de subcontratação em Minas Gerais é muito comum e realiza-se até mesmo na forma de uma quarteirização, ou seja, transferências sucessivas de contrato, até que, no quarto nível, a encomenda é realizada e a remuneração do trabalhador, cada vez menor. Do ponto de vista da ergologia, essa quarteirização, contraria a ideia do "uso de si" na realização da atividade produtiva, tornando desumana a atividade de trabalho realizada, pois possibilita quase nenhum espaço para a autorrealização por meio da atividade.

[...] quando se diz que o trabalho é o uso de si, isto quer então dizer que é o lugar de um problema, de uma tensão problemática, de um espaço de possíveis sempre a se negociar: há não execução, mas uso, e isto supõe um espectro contínuo de modalidades. É o indivíduo no seu ser que é convocado; são, mesmo no inaparente, recursos e capacidades infinitamente mais vastos que os que são explicitados, que a tarefa cotidiana requer, mesmo que este apelo possa ser globalmente esterilizante em relação às virtualidades individuais (SCHWARTZ, 2000, p. 42).

A ergologia é a área do conhecimento que estuda a atividade do trabalho, analisando o movimento interno que o trabalhador faz para responder ao que lhe é solicitado. Do ponto de vista da ergologia, a atividade é um impulso de vida, pois ao fazer isso o trabalhador cria condições para garantir sua saúde mental e física. A atividade movimenta o sujeito para a realização do trabalho e, muito frequentemente, ele se confronta com o trabalho prescrito (SCHWARTZ, 2006).

Nesse prisma, a ergologia resgata a autenticidade da atividade, ao considerar que o trabalho não consiste, apenas, no emprego de técnicas. De fato, ele envolve a dimensão humana do trabalhador na realização da atividade. Assim, a realização de uma atividade é tomada no sentido de ser concretizada de dentro para fora, pois, sua origem reside no âmbito interior do sujeito.

O trabalho não é só uma realização técnica e/ou mecânica, às quais muitos o reduzem. É preciso admitir que o trabalho e o Homem estão íntima e enigmáticamente ligados. Pessoalmente, sustento que o trabalho é um ato da natureza humana que engloba e restitui toda complexidade humana. E todos nós sabemos o quanto é ampla a complexidade humana (TRINQUET, 2010, p. 96).

Segundo a ergologia, é necessário compreender o movimento interno realizado pelas bordadeiras e propor ações que contribuam para a melhoria da sua qualidade de vida na realização do trabalho do bordado, independentemente do fato de essas trabalhadoras estarem inseridas ou não no ambiente organizacional.

Sendo o bordado dotado de caráter social, a sua realização evoca, também, os aspectos da subjetividade humana, ou seja, questões que esbarram nos aspectos particulares da individualidade de quem o realiza, incompreensíveis do ponto de vista da racionalidade do trabalho. Essa compreensão advém somente da discussão e da reflexão da atividade do trabalho

do bordado, a partir de uma visão de que essa é uma ação do sujeito, um impulso de vida, fruto da sua individualidade.

Os bordados são elaborados por meio de um aprendizado inteligente, feito com destreza, agilidade e asseio, tem um efeito visual, fruto de uma técnica específica e de muita disciplina. Trazem consigo relações pessoais em torno do objeto: a mão de quem faz, a escolha das cores, a sensação do bordado no corpo de quem o toca. Apesar de geralmente anônimo, guarda em si o caráter coletivo da criação, da transmissão, da produção e da circulação das peças, essa percepção demonstra que o bordado apresenta, também, relações sociais (BRITO, 2011, s/p).

De acordo com Yves Schwartz (2006), Alain Wisner e sua equipe de ergônomos propõem a diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho real, ampliando o conhecimento do conceito trabalho. O trabalho prescrito refere-se ao que é solicitado ao trabalhador, compõe-se de princípios e finalidades estabelecidas pelo solicitante, dadas as condições de cada função. É o que se pede para o trabalhador fazer em um processo de trabalho, é a sua tarefa. Por isso, é importante ressaltar que existe uma distância entre aquilo que é prescrito e aquilo que é realizado, o trabalho real. Conforme Trinquet (2010).

[...] o que caracteriza a distância entre o trabalho prescrito e o trabalho realizado é o fato de o trabalho ser, por definição, imprevisível, isso quer dizer que ele não é, e não pode ser previsto. Tanto do ponto de vista da experiência quanto da teoria, a única certeza confiável é que sempre existirá uma distância entre o trabalho prescrito e o real, por mínima que seja (TRINQUET, 2010, p. 97-98).

Assim, essa distância é a diferença decorrente dos aspectos subjetivos da ação humana. É aí que se manifesta a liberdade do trabalhador na realização da atividade, e é esse movimento que caracteriza a individualidade do sujeito na realização da atividade do trabalho, a sua assinatura pessoal. Esse é o espaço da transgressão que elucida uma parte significativa da evolução constante da atividade humana.

E esta gestão da distância entre o trabalho prescrito e o real que cria, que está na origem do que os psicólogos e os psiquiatras do trabalho chamam: a subjetividade do trabalho. É nesse momento que se expressa a personalidade, a individualidade, a história sempre singular, tanto individual quanto coletiva daqueles que participam, em tempo real. São todas as vantagens e inconveniências, e mesmo todos os dramas resultantes daí que, na ergologia, nomeamos de: dramáticas dos usos de si. A partir do momento em que há escolhas a se fazer, isso impõe responsabilidades e precauções importantes (TRINQUET, 2010, p. 98).

Por certo, o “uso de si” conduz o trabalhador a uma bifurcação. Em sua atividade do trabalho, o sujeito usa de si em seu benefício próprio, mas, ao mesmo tempo, usa de si em benefício de outro, remetendo a uma situação “dramática” que o sujeito vive ao ter que mobilizar saberes e valores, fazer escolhas, que a ergologia denomina “dramática dos usos de si”.

De acordo com Trinquet (2010), as relações estabelecidas na contratação do trabalho das bordadeiras pelas facções, mostra que essas atuam apenas como executoras. Não compete a elas a participação na definição do desenho (riscos e pontos) a ser realizado no seu produto. Esses são definidos por aqueles que contratam sua capacidade de trabalho. A reflexão do trabalho das bordadeiras leva a perceber a presença de uma estrutura rígida e indissociável, em função de sua prescrição inquestionável.

Para Vieira (2003, p. 55), essas prescrições para o trabalho “são um conjunto de dispositivos que compõem o ordenamento e antecedem a atividade do trabalho”. Mas, é importante ressaltar que, em meio à realização do trabalho prescrito, é impossível evitar os aspectos subjetivos do sujeito, a sua essência em toda sua complexidade. Pois, independentemente da tarefa prescrita, os trabalhadores, eventualmente inconscientemente, se permitem uma margem de autonomia para realizar o seu trabalho. E essa autonomia faz com que consigam se adequar de forma mais saudável às situações de trabalho.

Santos e Vieira (2011, p.115) afirmam que “o decidir como fazer ocorre de acordo com suas convicções [dos trabalhadores], suas crenças, seus valores, seu entendimento da pertinência de cada uma das prescrições”. Por isso, os trabalhadores precisam se reinventar nesse cenário, embora haja normas antecedentes que estão relacionadas às regras estabelecidas para que eles alcancem os objetivos do seu trabalho, sendo necessário se adequarem a esse padrão. Porém, ao realizarem a atividade, os trabalhadores se renormalizam e transgridem as normas antecedentes.

Consequentemente, a renormalização ocorre no enfrentamento das dificuldades vivenciadas nas situações de trabalho. Pois é fruto do confronto dos trabalhadores com as normas antecedentes, no qual se realiza um debate de normas. No momento desse confronto, são devidamente consideradas as variáveis que incidem no trabalho, as peculiaridades do trabalho e o momento de realização de cada atividade de trabalho (MASSON; BRITO; SOUSA, 2008).

Assim, o trabalhador busca estratégias para minimizar o impacto ocasionado pelas adversidades do meio laboral, ou seja, o “trabalhador saudável” cria alternativas para resolver os problemas no ambiente de trabalho. Essas alternativas implicam atos de renormalização ao realizar ações estratégicas cotidianas para resolver situações problemas surgidas durante seus afazeres, com consequências para a sua saúde.

### **Possibilidades da economia solidária na criação e na produção do bordado**

Compreender uma nova forma de organização da atividade em empreendimento da economia solidaria, para a recuperação da liberdade e da autonomia frente ao trabalho, parte do entendimento do cooperativismo. Pinho (1996) define o cooperativismo e resgata seu potencial de correção do social pelo econômico, destacando que:

Cooperativismo no sentido de doutrina que tem por objeto a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, ou seja, [...] cooperativas no sentido de sociedades de pessoas organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se, insistimos, de sociedade de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins econômico-sociais. Seu funcionamento se inspira nos chamados “Princípios dos Pioneiros de Rochdale”: adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno

proporcional as operações, transações a dinheiro, neutralidade política, religiosa e ética e desenvolvimento do ensino (PINHO, 1966, p.8).

Dentro desses princípios, em 2003 o governo brasileiro encampou as proposições de Paul Singer, fundador da Secretaria de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, para o incentivo as organização coletiva solidária, com o foco em atividades econômicas a serem geridas pelos trabalhadores de forma cooperativa, visando o bem de todos, assim como o individual.

Conforme a III Plenária Nacional da Economia Solidária (2003), após a crise de 1980 e frente à globalização, o movimento da economia solidária e seu modelo de organização ganharam importância, como um formato mais humano de realização de diversas atividades econômicas. Singer (2002) explicou a economia solidaria como um formato organizacional diferenciado no âmbito empresarial.

O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. Empresas solidárias são, em geral, administradas por sócios eleitos para a função e que se pautam pelas diretrizes aprovadas em assembleias gerais ou, quando a empresa é grande demais, em conselhos de delegados eleitos por todos os trabalhadores (SINGER, 2002, p. 1).

Essa economia envolve um conjunto de atividades econômicas organizadas sob a forma de autogestão, que decidem questões da produção, da distribuição, do consumo, da poupança e do crédito, contando com a participação igualitária de todos os trabalhadores, de modo a que todos tenham o mesmo poder sobre o empreendimento, evidentemente, visando os bens coletivo e individual (NASCIMENTO, 2004).

Atualmente no Brasil, a SENAES foi rebaixada a uma mera subsecretaria do Ministério do Trabalho, a Subsecretaria de Economia Solidária (SENAES). Mas, desde a criação da Secretaria, no início do atual século, vários departamentos ou secretarias estaduais e municipais da Economia Solidária surgiram. Além disso, encontra-se em tramitação, junto ao Senado Federal, o Projeto de Lei 4685, aprovado em 31 de agosto de 2017, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária, entre outras providências.

Ao nível da sociedade civil, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), é uma instância bastante difundida, cuja função é organizar esse setor empreendedor coletivo e solidário, com foco no local.

O FBES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, está organizado em todo o país em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária (FBES, 2017, s/p).

A autogestão vem ao encontro de valores sociais democráticos, permitindo a realização do trabalho de modo igualitário, visando as necessidades de todos. Nesse sentido Nascimento (2004) torna o conceito parte de um movimento mais amplo, ao associá-lo a um conjunto de “empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade” (NASCIMENTO, 2004, p. 2).

Assim, Nascimento (2004) apresenta a autogestão tanto como ideia, quanto como prática social e política e associa esse conceito a “[...] um ‘Projeto Histórico’ uma linha de mobilização dos trabalhadores e cidadãos, uma estratégia política para as conjunturas históricas, como perspectiva imediata” (NASCIMENTO, 2004, p. 5).

### **Arteterapia e desenho lúdico como um aliado no processo criativo**

Associada ao potencial de gestão independente da atividade do bordado, o uso da arteterapia seria uma ferramenta capaz de contribuir com a melhoria da qualidade de vida das bordadeiras e está na liberdade intrínseca à arte e à criatividade. Além disso, tem o potencial de contribuir com a autoconfiança, por meio do desenvolvimento de ideias originais e autorais para o trabalho do bordado. “A expressão artística promove o relaxamento e a dedicação dos indivíduos a um momento para si próprio dentro do espaço de trabalho, sem cobranças ou julgamentos, e conduz ao contato consigo mesmo e com seus pares” (REGO, 2007, p. 202).

Torres (2010, p. 16) defende que “a arte pode levar ao desenvolvimento de um amplo leque de qualidades criativas e capacidades críticas”. Justamente essas qualidades e capacidades são mobilizadas na realização dos desenhos para os bordados, potencializando a criação de produtos inovadores, o pensamento crítico e a autossustentabilidade. Esse autor (2010, p. 16) defende, ainda, que “O capital criativo é um fator-chave na economia sustentável.” Assim, é esse, justamente, o fator responsável pela introdução de um diferencial no desenvolvimento dos bordados para o beneficiamento dos produtos de moda.

Portanto, a atividade lúdica, além de contribuir com o resgate da autonomia do indivíduo, possibilita trabalhar a construção de uma identidade criativa para os bordados desenvolvidos pelas bordadeiras. Sobre a relação com a arte, Facco, Marquezan e Dutra (2002, p. 1) defendem a liberação da criatividade associada às identidades regionais. Ou seja, o processo de criação influenciado pelo “[...] meio sociocultural no qual estão inseridas e a importância da arte-educador nos processos de desenvolvimento de suas potencialidades criativas, da autoestima e da autoconfiança”.

Pois, o uso do desenho se apropria do fato de ser uma forma de expressão presente na formação do homem desde a infância. Trata-se de um meio dotado da capacidade de permitir externar muitas das emoções não expressadas na fala, mas expressadas na construção de figuras bidimensionais, sintetizando nelas a relação com o mundo, num movimento de dentro para fora.

Desenhamos desde a infância, a infância da humanidade, com os desenhos rupestres que “iluminaram” as cavernas e desde a infância propriamente dita. A tentativa de representação, antes da consciência da interpretação ou invenção faz parte da vontade humana (TAVARES, 2009, p. 9).

O desenho é o primeiro contato que temos com as ideias para esboçá-las e dar a elas forma e dimensão.

O desenho é uma área do conhecimento transversal a várias atividades – artísticas ou técnicas, simbólicas ou objetivas. A história do desenho acompanha a história da arte, a história da arquitetura e a história do design (se as entendermos separadas), mas também dentro do âmbito normativo, a história das engenharias (que sempre o usaram); no entanto, e pese a sua relevância, o seu reconhecimento como atividade autônoma é relativamente recente. O desenho foi considerado, desde sempre, como veículo e projeto (TAVARES, 2009, p. 12).

O movimento criativo contraria o empenho de racionalização do trabalho na sociedade atual, fruto da globalização e do capitalismo, que fazem com que atividades de manufatura, como o bordado, assumam características de uma produção industrial em série.

Complementando as possibilidades proporcionadas pela gestão independente do próprio negócio em cooperação, a arteterapia proporcionaria mais autonomia e liberdade criativa aos trabalhos artesanais, contribuindo com uma melhora significativa na qualidade de vida de quem os desenvolve. Ademais, o uso da atividade lúdica do desenho é um meio para o sujeito expressar seus sentimentos, contribuindo com o resgate da sua autoconfiança e da melhoria do seu estado psíquico e físico. O artesanato é e sempre foi um forte aliado no processo criativo, pois além do conhecimento empírico, os materiais pertencentes à região contribuem para a construção de uma identidade forte e reconhecível.

O artesanato exprime um valioso patrimônio cultural acumulado por uma comunidade ao lidar, através de técnicas transmitidas de pai para filho, com materiais abundantes na região e dentro de valores que lhe são caros. Por tudo isso, ele acaba se tornando um dos meios mais importantes de representação da identidade de um povo (BORGES, 2003, p. 63).

Por esse motivo, a identidade cultural pode ser entendida como um conjunto de relações entre grupos sociais, promovendo a interação de diferentes aspectos, quais sejam: religião, raça, crença, costumes, alimentação, etc. E promovendo assim o sentimento de pertencimento de um determinado grupo ou comunidade.

O significado de identidade cultural está relacionado ao sentimento de pertencimento a um grupo social, lugar ou território. Do ponto de vista antropológico, a identidade cultural de um grupo social é constituída pelo seu espaço territorial e por objetos, adornos, vestimentas, culinária, música, costumes, folclore, mitos, ritos, religião, moral e ética capazes de distinguir um determinado grupo dos demais (MARTINS, 2013, p. 37).

Para tanto, é possível que essa relação social tecida entre seus pares possa contribuir com a sensação de pertencimento e fazer das bordadeiras um coletivo produtivo, mais forte, capaz de imprimir um caráter mais emocional aos seus bordados. Por essa razão, percebe-se a cultura como diretamente relacionada aos grupos sociais e suas características.

A possibilidade de adoção da arteterapia pelas bordadeiras, com a introdução das práticas associadas ao desenho lúdico, no planejamento dos riscos, que constituirão as bases sobre as quais os bordados serão desenvolvidos, fica muito restringida sob o regime de trabalho ao qual as profissionais focalizadas nesse trabalho estão submetidas, ou seja, à gestão por facções.

### Resultados da pesquisa

A realização desta pesquisa empírica, qualitativa descritiva, em 2016, pretendeu conhecer o modo de realização do bordado das bordadeiras e verificar o potencial de despertar-lhes para outras formas possíveis de organização do seu trabalho, com vistas a contribuir para a liberação da criatividade, com melhoria das rendas auferidas e da satisfação profissional, e, dessa forma, obter o fortalecimento da relação das bordadeiras com o seu trabalho.

Foram realizadas entrevistas semiestruturada como uma amostra de bordadeiras construída de forma não probabilística, pois se esperava que a informação buscada tendesse à saturação com um certo número de indivíduos entrevistados. Assim, foram investigados três grupos de trabalhadoras, somando um total de 14 profissionais, moradoras em vários bairros de Belo Horizonte, atuando sob facção para diferentes empresas.

As entrevistas realizadas foram individuais, com o objetivo de obter informações qualitativas, livre de influências externas. O projeto de pesquisa que orientou este trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário UNA e aprovado sob o número CAAE: 48556615.1.0000.5098. Assim, a implementação da pesquisa observou todas as prescrições do Conselho Nacional de Saúde, constantes na Resolução, vigente à época de sua realização, a de nº 466, de 12 de dezembro de 2012. A importância dessa pesquisa foi reconhecida na fala das respondentes. O depoimento de uma das bordadeiras entrevistadas mostrou a relevância de resgatar a autoestima dessas profissionais.

O bordado é um trabalho muito desvalorizado. Acho que as empresas esquecem que nós somos humanos. (Bordadeira 1).

Previamente, já era do conhecimento da pesquisadora uma das constatações relativa à prevalência, no mercado de moda festa mineiro, dentre as confecções que fazem do bordado uma característica dos seus produtos, do hábito de utilizar códigos de tendências de moda já pulverizados. São poucas as grifes, desse segmento, que estabelecem, por meio do bordado, uma identidade exclusiva.

Desse modo, em Belo Horizonte, grande parte dos produtos de moda ou vestuário, possui uma linguagem homogeneizada. Os riscos [leia-se traços] trabalhados são, muito frequentemente, ideias de revistas especializadas em moda, ou retirados de outras fontes e repassados às bordadeiras.

Portanto, percebe-se que os subcontratadores, em geral, não estão interessados em construir uma identidade exclusiva, visto que o aspecto comercial prevalece na definição das coleções. Esse padrão afeta a maioria das bordadeiras prestadoras de serviço para as empresas de confecção. Esse fato foi captado nos depoimentos de algumas bordadeiras, sendo que nenhuma das demais afirmou o contrário.

As empresas entregam tudo pronto. Não preciso me preocupar com esses detalhes, considerando que minha função é apenas executar o bordado. (Bordadeira 2).

Geralmente quem recebe o bordado é o chefe de equipe, que recebe a ideia e o molde, e a peça já é entregue riscada. Não participo do processo de criação, participo apenas da realização do bordado. (Bordadeira 9).

Com respeito à forma de contratação do trabalho, todas as bordadeiras entrevistadas, afirmaram trabalhar sob encomenda, numa relação bastante informal, conhecida como facção. O “modus operandi” desse tipo de acordo estabelece que elas busquem as peças a serem executadas, as levem para a casa e, depois, devolvam os bordados realizados. Nesse acordo estão envolvidas a “contratante” – empresa faccionista – e a “contratada” – bordadeira –, numa relação fundada na oralidade e num vínculo de confiança para a realização do trabalho. Essa afirmação foi ratificada por várias bordadeiras entrevistadas, conforme os exemplos a seguir.

O vínculo de trabalho que tenho é fundado na confiança, na qualidade do trabalho e no cumprimento dos prazos estipulados. Essa é a única forma de você manter um vínculo com a empresa (Bordadeira 2).

Eu trabalho para as empresas, mas o único vínculo que tenho é de entregar o trabalho dentro do prazo previsto e com a qualidade exigida (Bordadeira 3).

As empresas não fazem contratos, nós nos sujeitamos as suas condições [...] (Bordadeira 1).

A estratégia empresarial de contratação do trabalho sob facção, proporciona a transferência de parte da responsabilidade da produção para as subcontratadas, assim como, o descumprimento de burocracias e a dispensa do pagamento de encargos trabalhistas. Assim, as bordadeiras, sem vínculo, geram economias para as empresas, e, nesse imbróglio, perdem os direitos trabalhistas, como, por exemplo, férias, décimo terceiro salário e aposentadoria.

No mercado de moda festa mineiro, soe acontecer a quarteirização, conforme a seguir: o mercado demanda da confecção de moda festa, essa contrata a empresa de facção, que, por sua vez, transfere a encomenda para uma bordadeira, conhecida como atravessadora. A atravessadora forma grupos de bordadeiras subcontratadas para, então, realizarem o bordado. Dessa maneira, forma-se uma cadeia de encomendas que envolve até o quarto nível. Em virtude desse encadeamento de “contratos”, a parcela da renda usufruída pela bordadeira no fim da linha é muito pequena, conforme se pode ver nos depoimentos a seguir.

[...] teve uns vestidos que recebi de uma loja, que demorou 17 horas para ser bordado, recebemos R\$60,00 reais por todo trabalho desenvolvido, tendo que dividir com outras bordadeiras que ajudaram a bordar para que não extrapolasse o prazo. A empresa ainda achou caro o valor cobrado. Isso é um absurdo! É praticamente um trabalho escravo (Bordadeira 3).

[...] tem vestido que leva um mês para ser bordado, trabalhando em média 10 horas por dia, seis dias na semana, e é vendido por 12, 15 mil reais. O que recebo disso? Tiro uns mil reais, apenas (Bordadeira 4).

Olha, não dá para contar só com o dinheiro que recebo do bordado, pois tem meses do ano que quase não bordamos, que o mercado está fraco. Fico

desesperada quando chega novembro, pois fico pensando o que vou fazer para complementar minha renda de janeiro a abril. Já fiz de tudo, já vendi roupa, lingerie, cosmético, tudo. O que aparecer, a gente faz (Bordadeira 2).

Tem mês que quando a gente recebe um salário mínimo é muito. [...] O mercado caiu muito e as bordadeiras foram sumindo, arrumando outras coisas para fazer, pois é tudo muito instável. A moda influencia muito no nosso trabalho, pois tem época que está tudo muito clean, e a gente não consegue trabalho (Bordadeira 2).

Segundo os teóricos da ergologia, faz parte da maneira como o trabalhador se relaciona com o meio laboral, a criação de modos de conviver com as dificuldades e os problemas que eventualmente acontecem. Essas adaptações ou mesmo alterações, denominadas atos de renormalização, tornam o exercício da atividade laboral mais saudável.

No caso da atividade das bordadeiras, essa margem de liberdade para a renormalização do trabalho, está disponível em pequeníssimo grau a elas. Apenas uma das entrevistadas informou usufruir de algum grau de liberdade, conforme demonstram os depoimentos a seguir.

Geralmente quem recebe o bordado é o chefe de equipe, que recebe a ideia e o molde, e a peça já é entregue riscada. Não participo do processo de criação, participo apenas da realização do bordado (Bordadeira 9).

Eu só faço. O que mandar eu faço (Bordadeira 11).

O risco e os materiais já vêm definidos. Separam tudo antes. Já vem tudo pronto (Bordadeira 13).

Eles escolhem tudo (Bordadeira 14).

São definidos pela empresa, mas em dados momentos me conferem liberdade para realizar riscos, desde que estejam coerentes com as tendências da moda (Bordadeira 1).

Santos e Vieira (2011) analisam a capacidade de o trabalhador fazer a crítica e a adaptação das prescrições que recebe para a concretização de suas atividades. Esse escape prazeroso, como se viu, é praticamente vetado às bordadeiras, mesmo, sendo elas portadoras de um saber ancestral, que se transfere entre as gerações de uma mesma família. O depoimento registrado, a seguir, exemplifica é coerente com a maioria das falas registradas.

Aprendi a bordar ainda criança, observando minha mãe. Não sabia nem falar direito, mas adorava bordar, era o que mais gostava de fazer. Tive grandes mestras no bordado, minha mãe, minha tia, pessoas com quem trabalhei, isso foi ótimo para meu crescimento (Bordadeira 8).

As bordadeiras foram solicitadas a responder algumas questões sobre a possibilidade de empreender a sua atividade, segundo o modelo da economia solidária, em regime de autogestão. Um pouco mais da metade delas, deixou claro o desinteresse em assumir plenamente a sua atividade produtiva. Algumas das justificativas estão copiadas a seguir.

Eu não tenho conhecimento e experiência necessária para isso (Bordadeira 3).

Não tenho vontade de ser uma empreendedora, pois acho muita responsabilidade ter que criar, captar clientes, cumprir os prazos (Bordadeira 5).

A falta de compromisso das pessoas. O trabalho precisa ser entregue no prazo e com a qualidade exigida" (Bordadeira 9).

As condições financeiras não ajudam, e trabalhar com o público não é fácil. Além do mais tem bordadeiras que fazem o trabalho e são pontuais e tem as que fazem pelos cotovelos (Bordadeira 14).

Não quero aborrecimentos" (Bordadeira 5).

Outras seis das bordadeiras disseram ter interesse em empreender seu próprio negócio, mas desanimam com as questões burocráticas, o montante de investimento requerido e a falta de confiança nas parceiras.

A questão do custo para bancar o próprio negócio, principalmente com o número de impostos que se tem para pagar, ainda mais no momento de crise que estamos passando (Bordadeira 4).

Já pensei em montar uma equipe de bordado, mas tudo é muito burocrático, e as pessoas [bordadeiras associadas] querem, apenas, o dinheiro e não o compromisso. No primeiro momento, todo mundo topa, mas, depois você vê que as pessoas não têm responsabilidade (Bordadeira 9).

Acho que seria interessante, pois no caso teríamos mais controle sobre o nosso próprio negócio (Bordadeira 14).

Temos muita dificuldade de coordenar, manter a qualidade do produto. Tudo isso acaba desanimando, pois, a cobrança e a responsabilidade são muitas" (Bordadeira 1).

Existem, ainda, as bordadeiras que preferem não usufruir muita liberdade na execução do bordado, conforme depoimentos a seguir:

Acho muita responsabilidade assumir atividades que envolvam a criação, escolha de materiais, ou seja, lá o que for. Não quero stress e nem aborrecimento (Bordadeira 5).

Apenas executo o bordado. Sou feliz assim (Bordadeira 3).

Do jeito que está, tá ótimo. Pego o serviço e já sei o que tenho que fazer (Bordadeira 13).

No meu caso é mais fácil trabalhar dessa maneira. Não gosto de criar (Bordadeira 10).

Sobre a liberdade criativa, desencadeada pela arteterapia e desenho lúdico, se incorporada à atuação das bordadeiras, poderia exercer um efeito transformador sobre essas pessoas, com reflexos sobre a vida pessoal e em coletividade.

Ao pensar o bordado como uma prática artesanal para diferentes fins, o processo inicial de sua elaboração parte da definição dos desenhos que servirão de base para a confecção. Por meio do uso da atividade lúdica do desenho, as bordadeiras poderiam confeccionar seus próprios

desenhos, contando suas histórias, desenvolvendo seus pontos e expressando sua identidade de forma despreocupada e livre.

Entretanto, ao ouvir os depoimentos das bordadeiras, constata-se o interesse de criar os próprios traços por uma parte delas, enquanto outra parte informou não se interessar pela criação. A seguir apresentam-se dois exemplos dessas posições opostas.

A questão da cópia não me agrada, mas também não tenho tempo para criar. Gostaria de ter tempo para criar (Bordadeira 4).

Não. No meu caso é mais fácil trabalhar dessa maneira. Não gosto de criar (Bordadeira 10).

### **Considerações finais**

Conforme o estudo da ergologia foi possível compreender a relação trabalho/trabalhador, no âmbito da atividade das bordadeiras. Elas confrontam-se com normas rígidas existentes, impostas pelo mercado de moda festa, mas, segundo o estudo da atividade do trabalho, poderiam buscar reorganizar-se mentalmente, criando condições para garantir sua saúde mental.

Ainda de acordo com a subjetividade da realização do trabalho do bordado, elas poderiam buscar se conferir mais autonomia no processo de criação do bordado. Nesse sentido, a arteterapia seria um instrumento para estimular o desenvolvimento de desenhos lúdicos, como meio da expressão dos sonhos, medos e conflitos vivenciados pelo trabalhador. Assim, fica estabelecido o reconhecimento da criatividade como função psíquica capaz de levar ao equilíbrio, contribuindo com o resgate da autoestima das bordadeiras.

Todavia, o regime de subcontratação do trabalho denominado facção não se afina com essa perspectiva de liberdade criativa. Por outro lado, a falta de qualificação para a administração da própria atividade pelas bordadeiras que se submetem a esse grau de precariedade contratual sugere que compatibilizar a busca da liberdade criativa com carências de diversas ordens aponta para outro modo de gestão que proporcione a superação de dificuldades individuais no concerto de ações organizadas em grupos coletivos.

A proposta de autogestão do trabalho e economia solidária em empreendimentos coletivos autogestionários, é uma estratégia possível para proporcionar às bordadeiras autonomia para criar e produzir seus próprios modelos, fazendo com que todas sejam responsáveis igualmente na criação, produção e divisão dos lucros.

Esse artigo possibilitou refletir sobre o desenvolvimento do bordado, por meio de uma abordagem teórica, e verificação empírica, questionando sobre a satisfação proporcionada pelo modo de organização e realização do trabalho das bordadeiras. Esse questionamento se apresenta como um tema pertinente para futuras pesquisas.

## **An analysis of the embroiderer's activity of under a faction regime, and a proposition for the promotion of such worker**

### **ABSTRACT**

This article aims at understanding the importance of artistic accomplishment through production which makes use of free creation, in order to recover the self-esteem of the

craftswomen at work, as well as improve their working conditions. This research is based on bibliography providing analysis of part of the specialized literature, according to three axes: (1) ergology, (2) art therapy/drawing, (3) supportive economy. It is based on the principle that the embroiderers are subject to an exploitation regime, so that their creative process is stifled. The norms imposed of the party fashion market on these workers are such that they cannot reorganize themselves mentally, so as to provide conditions to ensure their mental health. Art therapy should be considered in such case, because it stimulates the construction of playful drawing, which has a psychic function capable of leading to the balance as well as contributing to the recovery of the self-esteem of the embroiderers, enabling them to self-management in supportive economy entrepreneurship. This article recalls the statements of such embroiderers, which was done through qualitative research.

**Key words:** crafts; embroidery; ergology; art therapy; supportive economy.

## REFERÊNCIAS

BORGES, Adélia. **Designer não é personal trainer:** e outros escritos. 2. ed. São Paulo: Edições Rosari, 2003.

BRITO, T. F. S. **Por que comprar bordados?** Consumo de bordado e performance de bordadeiras em feiras de artesanato e design. Universidade de São Paulo/ Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2011. Disponível em: <[www.acasa.org.br/ensaio.php?id=3477modo=](http://www.acasa.org.br/ensaio.php?id=3477modo=)>. Acesso em: 7 mar. 2015.

DAHER, Carolina. **Moda festa de Minas é destaque nos tapetes vermelhos do país.** Veja BH, 31 out. 2012. Disponível em: <<http://vejabh.abril.com.br/materia/cidade/caimento-preciso-ricos-bordados-estilistas-fazem-sucesso-alem-divisas-estado/>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

FACCO, S.; MARQUEZANI, L.; DUTRA, C. Sergipe: **Reflexões sobre inclusão.** A pintura e outras modalidades expressivas, como facilitadoras do desenvolvimento potencial dos educandos. Cadernos de Educação Especial, v. 1, n. 19, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5137>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

FBES. FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <<http://fbes.org.br/o-fbes/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

GAMA, Jamile Gomes. **Disposição e expectativas das bordadeiras para a gestão social da criação e da produção.** 2016. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário UNA, 2016. Programa de Pós-graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Belo Horizonte, 2016.

KROST, Oscar. **Contrato de facção:** fundamentos da responsabilidade da contratante por créditos trabalhistas dos empregados da contratada. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/10611/contrato-de-facao#ixzz2gPZcBRFy>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

MARTINS, D. M. **Comunidades Criativas das Geraes:** um caso de inovação social na produção artesanal sob a perspectiva do design. 2013. 206 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Design, Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.ppgd.uemg.br/wp-content/uploads/2014/05/Comunidades-Criativas-das-Geraes-Um-Caso-de-Inova%C3%A7%C3%A3o-Social-na-Produ%C3%A7%C3%A3o-Artesanal-sob-a-Perspectiva-do-Design.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

MASSON, L. P.; BRITO, J. C. D.; SOUSA, R. N. P. D. O trabalho e a saúde do cuidador de adolescentes com deficiência: uma aproximação a partir do ponto de vista da atividade. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 68-80, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902008000400008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902008000400008&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 24 abr. 2015.

NASCIMENTO, Cláudio. **A autogestão e o "novo cooperativismo"**. Ministério do trabalho e emprego. 2004. Disponível em: <[portal.mte.gov.br/data/files/FF80812B4CB2790012BCFIF95EF1C50/prog\\_autogestaocooperativismo.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF80812B4CB2790012BCFIF95EF1C50/prog_autogestaocooperativismo.pdf)>. Acesso em: 29 mai. 2015.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

REGO, Renata. Expressão artística e teleatendimento: perspectivas para a melhoria de qualidade de vida no trabalho. **Psicologia Ciência e Profissão**. Brasília, v. 28, n.1, 2007. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932008000100015](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000100015)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

SANTOS, H., VIEIRA, P. Renormalizações: estratégias para manutenção da saúde pela atividade docente. RPD – **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v. 11, n. 23, p. 103-126, jan./jul. 2011. Disponível em: <<http://www.mestradoemgsedl.com.br/wp-content/uploads/2010/06/1-disserta%C3%A7%C3%A3o-completa-revisada-14-04.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

**SCHWARTZ, Yves**. Entrevista: Yves Schwartz. **Trabalho, educação e saúde**. Vol. 4, n. 2, Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462006000200015>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 81-129.

TAVARES, Paula. O desenho como ferramenta universal. O contributo do processo do desenho na metodologia projectual. **Revista de Estudos Politécnicos**. 2009, Vol VII, n.12, 007-024. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/tek/n12/n12a02.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2015.

TORRES, T. P. E. Educação através da arte para um futuro sustentável. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 30, n. 80, p. 13-25, jan.-abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v30n80/v30n80a02.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2014.

TRINQUET, Pierre. Trabalho e educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR**, Campinas, número especial, p. 93-113, 2010

VIEIRA, L. H. F. **Adesão ou recusa à transformação da organização do trabalho docente**. 2003, 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

Recebido em: 10/09/2017

Aceito em: 20/12/2017